

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAMPUS GOVERNADOR VALADARES
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Aline Nascimento Guimarães

**OS EFEITOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DA
CONTABILIDADE NO CONSERVADORISMO INCONDICIONAL DE
COMPANHIAS BRASILEIRAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

**Governador Valadares
2022**

Aline Nascimento Guimarães

**OS EFEITOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE NO CONSERVADORISMO INCONDICIONAL DE
COMPANHIAS BRASILEIRAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Mestre. Elias Wagner Silva

Coorientadora: Mestre. Elizangela Lourdes de Castro.

**Governador Valadares
2022**

Aline Nascimento Guimarães

**OS EFEITOS DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DA
CONTABILIDADE NO CONSERVADORISMO INCONDICIONAL DE
COMPANHIAS BRASILEIRAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Mestre Elias Wagner Silva - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Doutor Anderson de Oliveira Reis

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

Doutor Leandro Roberto de Macedo

Universidade Federal de Juiz de Fora Campus Governador Valadares

RESUMO

O presente trabalho teve como tema os efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo incondicional das companhias brasileiras de capital aberto. O conservadorismo incondicional é caracterizado como a escolha do menor valor para o ativo ou para o lucro e o maior valor para o passivo, sendo este o sentido mais útil. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, compreendendo uma amostra de vinte e oito companhias de capital aberto do segmento de energia. Foi realizada a abordagem teórica acerca das IFRS, observando aspectos conceituais e históricos, bem como do conservadorismo, caracterizando suas formas condicional e incondicional. Evidenciou-se a escassez de trabalhos com a abordagem similar à apresentada na presente pesquisa. As análises de vinte e oito companhias de capital aberto do setor de energia, considerando o período entre 2010 e 2019, foram feitas por meio da utilização do modelo de regressão transversal de Basu, empregado para mensuração do conservadorismo presente nos balanços patrimoniais. Observou-se, diante dos cálculos empregados, que as empresas Cia. Energética de Brasília, CEEE-D, Celgpar, Eletrobrás, Emae e Eneva apresentaram β_4 negativo, o que é observado como indicativo do conservadorismo incondicional. No entanto, estas companhias representam apenas uma pequena parte da amostra, podendo-se observar que as demais organizações não apresentaram as características que possam sugerir a adoção dessa modalidade de conservadorismo.

Palavras-chave: Conservadorismo Incondicional. IFRS. Contabilidade.

ABSTRACT

The present work had as its theme the effects of IFRS adoption on the unconditional conservatism of publicly traded Brazilian companies. Unconditional conservatism is characterized as choosing the lowest value for the asset or profit and the highest value for the liability, which is the most useful sense. The methodology used was the case study, comprising a sample of twenty-eight publicly traded companies in the energy sector. A theoretical approach to IFRS was carried out, observing conceptual and historical aspects, as well as conservatism, characterizing its conditional and unconditional forms. The scarcity of works with an approach similar to the one presented in the present research was evidenced. The analyzes of twenty-eight publicly traded companies in the energy sector, considering the period between 2010 and 2019, were carried out using the Basu's Transverse Regression, used to measure the conservatism present in the balance sheets. It was observed, in view of the calculations used, that the companies Cia. Energética de Brasília, CEEE-D, Celgpar, Eletrobrás, Emae and Eneva presented negative β_4 , which is observed as an indication of unconditional conservatism. However, these companies represent only a small piece of the sample, and it can be observed that the other organizations did not present the characteristics that might suggest the adoption of this type of conservatism.

Keywords: Unconditional Conservatism. IFRS. Accounting.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Retorno das ações.....	24
Gráfico 2 – Lucro por ação.....	25
Gráfico 3 – Retorno das ações – Cia. Energética de Brasília.....	27
Gráfico 4 – Retorno médio das ações – companhias com β_4 negativo.....	28
Gráfico 5 – Lucro por ações - companhias com β_4 negativo.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado do cálculo da variável observada	26
Tabela 2 – Retorno das ações – companhias com β_4 negativo.....	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS A RESPEITO DAS IFRS	11
2.1.1	A adoção das IFRS no Brasil	13
2.2	CONSERVADORISMO	14
2.2.1	Condiciona l x Incondiciona l	16
2.3	ESTUDOS CORRELATOS.....	17
3	METODOLOGIA	22
3.1	AMOSTRA	22
3.2	MODELO.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

As Normas Internacionais da Contabilidade do inglês *International Financial Reporting Standards* – IFRS consistem em normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, com o intuito de criar padrões, parâmetros e formas de aprimoramento, ajuste e convergência entre as normas e práticas contábeis de diversos países ao redor de um mundo cada vez mais globalizado (SILVA; NIYAMA, 2017).

Para que as normas contábeis brasileiras tivessem cada vez mais aderência e *compliance* às IFRS, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com o intuito de ajustar e preparar o cenário contábil, econômico, jurídico e financeiro do Brasil para as mudanças e adaptações às IFRS, o que acabou alavancando a qualidade das normas contábeis no Brasil, com maior celeridade, transparência e confiabilidade (RIBEIRO, 2018).

Havendo uma evolução nas normas e práticas contábeis e, até mesmo, um aumento no lucro das empresas que adotam as normas internacionais, resta o questionamento acerca da possibilidade de a adoção dessas normas ir de encontro às premissas do conservadorismo contábil incondicional, o que poderia representar um conflito significativo dentro desse processo de adaptação (CASTRO, 2011).

A relevância deste estudo reside na escassez de pesquisas que analisem o conservadorismo incondicional, gerando uma defasagem de informações que prejudica essa análise quanto à adoção das IFRS, uma vez que a maior parte dos estudos encontrados aborda o conservadorismo contábil, mas em sua modalidade condicional (ADRIANO, 2018).

O objetivo geral do presente trabalho foi analisar a possível relação da adoção das IFRS no período de 2010 a 2019 sobre o cenário do conservadorismo incondicional contábil de empresas brasileiras de capital aberto do setor de energia, listadas na Bolsa de Valores. Os objetivos específicos foram conceituar as IFRS no cenário contábil contemporâneo; caracterizar o conservadorismo incondicional e suas implicações no cotidiano das organizações.

O texto encontra-se dividido em três seções, além da presente introdução. Na primeira foi realizada a revisão de literatura, considerando o histórico e as considerações iniciais a respeito das IFRS, além de sua adoção no Brasil. Nesta

seção foi também abordado o conservadorismo nas empresas, estabelecendo-se a distinção entre o conservadorismo condicional e o conservadorismo incondicional. Foram, inclusive, abordados estudos correlatos a respeito do tema e a terceira seção apresenta a metodologia, considerando a amostra, a conceituação do índice de conservadorismo empregado para mensuração do efeito do conservadorismo contábil no balanço patrimonial e o modelo empregado.

A terceira seção traz as análises relacionadas ao objeto de pesquisa, considerando os dados a respeito de algumas das empresas do segmento de energia listadas na bolsa de valores. Esta seção antecede as considerações finais e as referências utilizadas no trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS A RESPEITO DAS IFRS

O *International Accounting Standards Committee* (IASC) surgiu em 1972 em uma reunião com representantes de contabilidade da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido/Irlanda e Estados Unidos que concordaram em adotar as normas internacionais da contabilidade, porém sua constituição foi realizada em 1973, pouco tempo após os Estados Unidos terem criado o *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Este Conselho Internacional de Padrões de Contabilidade tinha como principais objetivos a formulação e publicação de padrões contábeis que deveriam ser apresentados nas Demonstrações Contábeis e estimular sua observância por todo o mundo. Além disso, outro objetivo era o aperfeiçoamento e harmonização das regulamentações e dos procedimentos relacionados à apresentação das Demonstrações Financeiras (LIMA, 2012).

O *FASB* é uma organização sem fins lucrativos criada em 1973. Seu objetivo era padronizar os procedimentos e as informações fornecidas pelas empresas listadas nas bolsas de valores Americana, trazendo assim, maior eficiência e clareza nas tomadas de decisões das empresas (OLIVEIRA, 2008).

Já o IASB é uma organização independente sediada no Reino Unido (Ball, 2006). Ele teve sua criação em 2001 a partir da reformulação do IASC, herdando as responsabilidades técnicas das *International Accounting Standards* (IAS), até aquele momento emitidas, e desde então todas as normas divulgadas pelo mesmo se chamam IFRS. (LIMA, 2010).

O IASB tem como objetivo o estudo de padrões contábeis e tem como metas publicar e promover as IFRS, buscando o melhoramento, ajustamento e convergência das mesmas. Ele está representado por um conselho de membros, representando mais de 140 entidades de classe de todo mundo, inclusive do Brasil (CPC) (SILVA; NIYAMA, 2017).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é uma autarquia especial corporativa que tem como função orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil. Por meio da Resolução CFC nº 1.055/05 ele constitui o

CPC, que antecedeu a Lei nº 11.638/07, preparando assim o cenário contábil, econômico, jurídico e financeiro que iria surgir (FERNANDES; FERNANDES; FERNANDES, 2019).

O CPC é constituído por dois membros de cada uma das seguintes entidades: Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional), B3, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). A partir da união de esforços e comunhão de objetivos dessas entidades, o CPC foi idealizado em função de necessidades como a centralização na emissão de normas contábeis, a convergência internacional das normas dessa natureza e a representação de processos democráticos na produção dessas informações. O CPC é o responsável pelo processo de convergência das IFRS, por meio de Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas. Embora os produtos emitidos pelo CPC não tenham força normativa, os órgãos reguladores (Bacen, CFC, CVM, SRF, Susep etc.) os aprovam em seus âmbitos, os quais passam a ter (ADRIANO, 2018).

Para Mariano (2007), a globalização teve papel fundamental na criação do CPC, uma vez que ele corresponde à demanda de padronizar e unificar normas a serem usadas nas demonstrações contábeis para viabilizar sua leitura, desenvolvimento e aferição em qualquer país, o que ganha um status de maior relevância no cenário das multinacionais, por exemplo.

Fernandes (2010) destaca, ainda, que mais do que uma mera tradução e padronização das normas internacionais, o CPC fortalece toda a classe contábil, dotando-a de maior transparência, autoridade e participação, elevando também a qualidade da informação contábil.

O CPC, na visão de Ribeiro (2018), veio com o intuito de tornar mais célere a revisão das normas contábeis no país e para preencher hiatos ainda presentes no cenário contábil brasileiro, mas acabou também alavancando a qualidade das informações contábeis no país, elevando seu patamar, e trazendo novos procedimentos contábeis que foram ao encontro dos padrões da IFRS.

Assim, o CPC torna não apenas os procedimentos e informações contábeis mais relevantes, mas também a própria profissão contábil, uma vez que coloca o Brasil

no cenário contábil global, permitindo que os profissionais nacionais atuem sem entraves e sem fronteiras, ainda que isso implique em uma necessidade de formação e preparo desse profissional para atuar com plenos conhecimentos de aplicação do CPC, o que nem sempre se observa no mercado nacional (TRAZZI, 2018).

2.1.1 A adoção das IFRS no Brasil

No Brasil, a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade ocorreu de forma facultativa a partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 que culminou com alterações contábeis na Lei nº 6.404/76 (ADRIANO, 2018). Já o ano de 2010 foi um marco importante no processo de adoção mundial das IFRS, pois nesse ano sua adoção passou a ser obrigatória no Brasil, que é um país de grande relevo para a economia global, conforme a Instrução CVM nº 457/2007, alterada pela Instrução CVM nº 485/2010. Logo após outros países de grande importância econômica também adotaram as IFRS: Canadá (2011), México e Rússia (2012) (LOURENÇO; BRANCO, 2015).

Para Silva (2013) pode-se dizer que a adoção das IFRS pelas empresas brasileiras aconteceu em duas etapas. A primeira fase ocorreu com a adoção de maneira facultativa de alguns Pronunciamentos Técnicos nas Demonstrações Contábeis de 2008 e 2009; a segunda aconteceu a partir da adoção de todos os Pronunciamentos Técnicos nas Demonstrações Contábeis de 2010, tornando assim o processo de convergência brasileiro único, pois, não há relato de casos similares.

A participação do Brasil no processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade o fez tornar parte de um sistema global, cujo objetivo é incrementar a qualidade da informação contábil e, como consequência, fazer com que as empresas usufruam de benefícios, tais como, redução do custo do capital próprio, maior liquidez das ações e redução dos erros de previsão dos analistas (CONSONI; COLAUTO, 2016).

Já para Niyama (2010) uma das vantagens da adoção das Normas Internacionais da Contabilidade, principalmente para empresas de países emergentes, é a viabilidade de apresentar suas demonstrações contábeis em linguagem inteligível, já que estas empresas estão em busca de recursos de investidores estrangeiros.

Vale ressaltar que, de acordo com Santos e Cavalcante (2014), estabelecer uma ordem qualitativa entre os padrões domésticos e internacionais não seria adequado, uma vez que não existe cabimento em se fazer um comparativo da qualidade das informações contábeis obtidas através desses diferentes critérios. Não deve existir um juízo valorativo que posicione uma como melhor do que a outra. O que existe é o reconhecimento da relevância dessa adoção e de suas consequências, como propõem os autores no trecho a seguir:

Entenda-se a relevância informacional como um atributo multidimensional, intimamente relacionado à utilidade da informação que é fornecida ao usuário, atributo que é composto: (i) pela capacidade associativa entre a informação contábil, no caso o lucro, e o valor de mercado da firma, tradicionalmente conhecida como value relevance; (ii) pela tempestividade dessa informação, isto é, pela sua capacidade de capturar e expressar, contemporaneamente, os eventos considerados relevantes pelos participantes do mercado quando da precificação das ações; e (iii) pelo conteúdo informacional, que se refere, em linhas gerais, ao impacto causado pela divulgação da informação contábil sobre o preço das ações (SANTOS; CAVALCANTE, 2014, p.229).

Em uma mensuração das consequências e impactos dessa transição, Pires e Decourt (2015) afirmam que a adoção do IFRS gerou um aumento considerável no lucro das empresas, em geral, afirmando ter sido essa uma transição favorável para o país.

2.2 CONSERVADORISMO

O entendimento geral que se tem sobre o conservadorismo contábil é que ele se refere a antecipação no reconhecimento de perdas e a não antecipação do reconhecimento dos lucros, ou seja, entre duas opções de mensuração das demonstrações contábeis, a escolha é por aquela que consista em menor valor para os ativos e maior valor para os passivos (ARRUDA ET AL, 2015).

Basu (1997) interpreta o conservadorismo como algo que mostra a tendência em exigir um maior grau de verificação para reconhecer boas notícias do que as más nas demonstrações financeiras e segundo ele os lucros refletem as más notícias mais rápido do que as boas.

O FASB (1980), por sua vez, define o conservadorismo como uma reação

prudente à incerteza para tentar assegurar que a incerteza e os riscos inerentes às situações de negócios sejam apropriadamente considerados.

Outra forma de conceituar o conservadorismo seria como o “cálculo das probabilidades de ocorrência de resultados esperados em operações realizadas e não em associar, pelo reconhecimento contábil, aos resultados atuais o impacto de resultados futuros”, de acordo com a dedução de Coelho e Lima (2007, p. 40).

Pode-se dizer que o conservadorismo diz respeito em decisões sobre o devido momento que se deve reconhecer os ganhos e as perdas e, conseqüentemente, influenciando a escolha contábil. Desse modo, o conservadorismo, assim como outras características da informação contábil, sofre influência do ambiente institucional e organizacional das empresas (PAULO; PAULO, CAVALCANTE, 2015).

Watts (2003) declara que os críticos do conservadorismo o usam para descrever um efeito de declaração de renda para um período específico, porém ele assegura que esse uso não se encaixa com sua definição de conservadorismo que se refere aos efeitos financeiros acumulados representados no balanço patrimonial e à receita ou lucros acumulados desde que a empresa iniciou a operação.

O mesmo autor também afirma que um dos motivos para os pesquisadores sugerirem que o conservadorismo beneficia os usuários dos relatórios contábeis da empresa é que, sob uma explicação contratual, a contabilidade conservadora é um modo de lidar com o risco moral causado por parte da firma que tem pagamentos e informações assimétricas e responsabilidade limitada.

Segundo Paulo, Antunes e Formigoni (2008), compreender o comportamento do conservadorismo nos relatórios contábeis é bastante relevante devido ao fato de auxiliar a análise econômica e financeira das empresas.

Todavia, a utilização do conservadorismo não deve resultar, por exemplo, em criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, nem na subavaliação e maneira deliberada de ativos ou receitas, nem muito menos na superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois assim as demonstrações contábeis deixariam de ser confiáveis e neutras (SOUSA et al., 2018).

Em função dessas estimativas exageradas em relação a passivos e ativos, o conservadorismo, também conhecido como prudência, foi retirado da condição de aspecto de representação fidedigna na revisão do Pronunciamento Conceitual Básico, devido a este não condizer com a neutralidade (CPC 00, 2011).

Embora seja um assunto controverso, estudos como o realizado por Costa, Lopes e Costa (2006) constatou que o conservadorismo está presente no processo de reconhecimento do retorno econômico do lucro contábil entre os países: Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela.

2.2.1 Condicional x Incondicional

O conservadorismo contábil pode ser dividido em duas formas distintas: condicional (*ex-post*) e incondicional (*ex-ante*). O conservadorismo incondicional significa que aspectos do processo contábil determinado no início do ativo e do passivo rendem um esperado e não reconhecido *goodwill*. Já o conservadorismo condicional é quando valores contábeis são registrados em circunstâncias desfavoráveis, mas não são registrados em circunstâncias favoráveis, sendo este último o comportamento conservador (BEAVER; RYAN, 2005).

De acordo com a Deliberação CVM 29/86,

O conservadorismo, em Contabilidade, pode ser entendido sob dois aspectos principais: o primeiro, vocacional e histórico da profissão, pelo qual, entre as várias disciplinas que avaliam, pelo menos em parte, o valor da entidade, a Contabilidade é a que tenderia, em igualdade de condições, a apresentar o menor valor para a entidade como um todo. O segundo, mais operacional, de que, conforme o enunciado, a Contabilidade tende, dentro dos amplos graus de julgamento que a utilização dos Princípios nos permite empregar, a escolher a menor das avaliações igualmente relevantes para o ativo e a maior para as obrigações (BRASIL, 1986, p.35).

Dessa forma, Ventura Júnior e Lucena (2015) inferiram que o conservadorismo condicional se trata em captar as informações negativas mais rápida do que informações positivas, para os seus resultados. Por outro lado, o conservadorismo incondicional, não depende dessas informações econômicas negativas, estando relacionado à prudência do profissional contábil em reconhecer os resultados negativos em detrimento dos positivos.

Basu (2005) relata que a observância dos dois tipos de conservadorismos se dá em virtude de que é concebível que as empresas os considerem como complementos no alcance de seus objetivos. É provável que os dois tipos de conservadorismo tenham custos diferentes e que estas compensações de custo-

benefício influenciem na escolha entre os dois tipos de conservadorismo em ambientes distintos.

Segundo Ludícibus (2000), o conservadorismo incondicional tem o objetivo de disciplinar o entusiasmo natural de alguns donos e administradores e que entre duas ou mais alternativas relevantes, é claro que o contador vai escolher o menor valor para o ativo ou para o lucro e o maior valor para o passivo, sendo este o sentido mais útil. A outra abordagem é criticada por ele, dizendo que essa provoca distorções e deve merecer atenção dos contadores.

Conforme os autores, os dois tipos de conservadorismo têm muitos propósitos que são similares, incluindo alcançar novos investidores e outras perdas assimétricas percebidas, minimizando os impostos ou os custos das empresas e permitindo que os reguladores da contabilidade e da indústria minimizem a instabilidade econômica e evitem críticas.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

No Brasil, existem poucos estudos que visam averiguar o impacto da convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS no conservadorismo. Trabalhos como de Filipin et al (2012), Sousa, Sousa e Demonier (2016), Silva, Paulo e Silva (2016) e Santana e Klann (2016) pesquisaram se houve algum impacto no conservadorismo condicional nas empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa em função da adoção das IFRS, Júnior et al (2015), por sua vez, investigou esse impacto nos países pertencentes a GLENIF.

A pesquisa de Filipin et al (2012) é relativa ao período de 2006 a 2010, abrangendo assim o período pré e pós adoção das normas internacionais. Os resultados obtidos por meio do modelo de Basu (1997) mostraram que as demonstrações contábeis elaboradas segundo as IFRS são mais conservadoras do que as anteriormente adotadas no Brasil, portanto, após a adoção das IFRS o lucro contábil incorpora mais significativamente o retorno econômico do que os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos. Havendo então, uma melhoria da qualidade da informação contábil através da análise do conservadorismo.

Sousa, Sousa e Demonier (2016) investigaram no período de 2000 a 2012, utilizando-se os modelos propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). Os

resultados encontrados mostraram que não houve alteração no grau de conservadorismo condicional nos demonstrativos divulgados na adoção obrigatória, porém no período da adoção facultativa, foram achadas evidências de práticas conservadoras e um aumento do grau de conservadorismo a partir de 2008.

Quando analisado por setores econômicos, os resultados do modelo de Ball e Shivakumar (2005) sugeriram que não existem evidências de conservadorismo condicional no período antes da adoção das IFRS (2006 e 2007), em nenhum dos setores analisados. Já no período de transição (2008 e 2009) e pós adoção, apenas as empresas do setor de alimentos e bebidas sinalizaram a presença de conservadorismo. Confirmando assim, a existência de diferenças nos níveis de conservadorismo contábil nos lucros após a adoção das IFRS, quando analisado por setor (SILVA; PAULO; SILVA, 2016).

O estudo de Santana e Klann (2016) utilizou dados relativos a 180 empresas de controle familiar e 135 não familiar no período de 2003 a 2012. Usou-se o Modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005) para o cálculo do conservadorismo contábil. Os resultados empíricos rejeitaram a hipótese de que as IFRS influenciaram no nível de conservadorismo de empresas não familiares, todavia, para empresas familiares a hipótese foi confirmada. Assim, foi possível concluir que a adoção das IFRS resultou em um aumento do grau de conservadorismo verificado nos relatórios de empresas brasileiras familiares.

Ao se comparar os resultados encontrados pelo modelo de Basu (1997) no Brasil com os da Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru, no período de 2003 a 2013, foi possível constatar que com a adoção das IFRS o Brasil e o México ainda apresentam práticas conservadoras, na Argentina houve uma diminuição no conservadorismo, já no Chile, Colômbia e Peru os resultados foram insuficientes para indicar a presença do conservadorismo (JÚNIOR ET AL, 2015).

Pôde-se perceber que as pesquisas utilizaram como métrica do conservadorismo condicional o Basu (1997) e/ou Ball e Shivakumar (2005). Os resultados encontrados por Filipin et al (2012) e Sousa, Sousa e Demonier (2016) mostraram que houve um aumento do conservadorismo condicional no período de adoção facultativa e nos de Santana e Klann (2016) esse fato acontece somente nas empresas familiares. Para Júnior et al (2015) o Brasil apresentou práticas conservadoras, já para Silva, Paulo e Silva (2016) no período de transição e pós

adoção somente as empresas do setor de alimentos e bebidas tiveram conservadorismo.

Com relação a estudos que associam o conservadorismo incondicional com a adoção das IFRS, no Brasil, existe uma defasagem na área de pesquisa. O conservadorismo incondicional é um tema pouco pesquisado no Brasil, por conta disso encontrou-se apenas dois trabalhos que tratam sobre o assunto: Castro (2011) e Nogueira (2014).

No estudo realizado por Castro (2011) foram selecionadas empresas brasileiras que divulgaram suas demonstrações contábeis tanto no padrão brasileiro quanto no padrão internacional, 21 listadas na NYSE e 34 na BM&Fbovespa, nos anos de 2005 e 2009. Para examinar os níveis de conservadorismo incondicional aplicou-se o Índice de Conservadorismo proposto por Gray (1980) aos lucros líquidos e os patrimônios líquidos dessas empresas. O estudo revelou que a adoção das IFRS no Brasil não alterou de maneira significativa os níveis de conservadorismo nos lucros líquidos e patrimônios líquidos mensurados sob o padrão contábil brasileiro. Portanto, pode-se concluir que a aplicação do conservadorismo não está relacionada aos padrões contábeis adotados.

Já Nogueira (2014) levantou as demonstrações financeiras de empresas não financeiras que compuseram a primeira carteira do IBRx de 2013 nos anos de 2008 e 2010. A amostra era de 54 empresas para o ano de 2008 e 70 para 2010. A variação do conservadorismo foi analisada pelo índice Gray (1980). A conclusão alcançada por ele foi que não houve variação relevante nos níveis de conservadorismo após a IFRS com os dados utilizados.

Nas duas pesquisas realizadas sobre o conservadorismo incondicional no Brasil constatou-se que o mesmo não foi modificado pela adoção das normas internacionais. Tal fato, talvez, possa ser justificado devido ambas as pesquisas adotarem o Índice de Conservadorismo de Gray (1980) e ao período analisado ser anterior a adoção obrigatória das IFRS no Brasil em 2010. Isso esclarece a razão da utilização do período de 2010 a 2018 no presente trabalho.

No âmbito internacional, o número de estudos que relacionam o conservadorismo contábil com a adoção das IFRS também é bem escasso. Nos trabalhos a seguir é possível notar outras métricas de conservadorismo, diferentes das utilizadas no Brasil, e variados resultados sobre o nível de conservadorismo nos

diversos países.

Bertin e Moya (2013) objetivaram analisar se a adoção dos padrões contábeis IFRS nos mercados de capital chileno afeta o conservadorismo condicional dos resultados das empresas listadas na Bolsa de Valores de Santiago que os adotam. Usando o modelo de Basu (1997) os autores compararam o conservadorismo das firmas por um período de 1999 a 2010, pré e pós-adoção das IFRS. Os resultados encontrados corroboraram com a hipótese de pesquisa estipulada: a adoção das IFRS leva a um aumento significativo nas práticas de conservadorismo dos lucros.

Zhang (2011) examinou o efeito do conservadorismo condicional nas empresas da Nova Zelândia, listadas no Mercado de Ações NZSX e NZAX, usando como base o período de 2000-2009, sendo que 2007 foi a adoção obrigatória. O modelo de Basu (1997) evidenciou o conservadorismo é aumentado após adoção das IFRS na Nova Zelândia e uma vez que isso está relacionado com a qualidade da informação contábil essa descoberta sugeriu que a adoção das IFRS na Nova Zelândia tem um impacto positivo na qualidade dos lucros.

André, Filip e Paugam (2015) estudaram o efeito da adoção obrigatória das IFRS na Europa em 2005 sobre o conservadorismo condicional. O conservadorismo condicional foi medido através da versão modificada de Khan e Watts (C-Score), que também controla as potenciais mudanças no conservadorismo incondicional e no custo de capital. O período analisado foi de 2000 a 2010, com uma mostra de 16 países europeus. Documentou-se um declínio geral no grau de conservadorismo após a adoção das IFRS, embora as IFRS tenham reduzido o nível de conservadorismo incondicional e implementado meios para se garantir o conservadorismo condicional, como o teste de *Impairment*.

Fullana, González e Toscano (2014), pesquisaram o impacto da adoção da IFRS no conservadorismo incondicional nas companhias listadas no Mercado Contínuo Espanhol. Utilizaram um modelo baseado na metodologia de Ahmed e Duellman (2007) com uma amostra de 10 anos, 2000 a 2009. O resultado encontrado mostra que não há evidências que confirmem a existência de mudanças significativas no conservadorismo incondicional devido à mudança normativa de 1º de janeiro de 2005.

Santi, Puspitasari e Ghani (2017), por outro lado, buscaram analisar o conservadorismo incondicional antes e depois da convergência às IFRS nas

empresas listadas na Bolsa de Valores da Indonésia (IDX), no período de 2011 a 2015. O modelo de Ahmed e Duellman (2012) mostrou que não há diferença significativa entre o conservadorismo incondicional antes e depois da adoção das normas internacionais.

Kikuta, Shimamoto e Takeda (2018) examinaram se existe diferença no grau de conservadorismo condicional e incondicional entre as empresas que adotaram ou as que planejam adotar as IFRS e aquelas que usam os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos do Japão (J-GAAP). Para se medir o conservadorismo condicional foi utilizado Shuto e Takada (2010), que é uma versão modificada de Basu (1997) e Khan e Watts (2009), já para o conservadorismo incondicional usou-se o modelo de Beaver e Ryan (2000). Como resposta da sua indagação os modelos mostraram que as proxies estimadas de conservadorismo condicional são maiores para usuários J-GAAP do que para adotantes das IFRS, enquanto aquelas de conservadorismo incondicional mostraram não ser significativamente diferentes entre os dois modos.

Zeghal e Lahmars (2016) analisaram o impacto da adoção das IFRS no conservadorismo contábil em 15 países Europeus, no período de 2000 a 2010. O conservadorismo condicional foi medido pelo modelo de Basu (1997) e o incondicional pelo modelo de Jones modificado por Dechow, Sloan e Sweeny (1995).

Os resultados mostraram, de maneira geral, uma diminuição do nível de conservadorismo no período pós-adoção. O reconhecimento de más notícias sobre as boas diminuiu nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS.

3 METODOLOGIA

O trabalho teve como metodologia o estudo de caso, que conforme Yin (2005), representa uma investigação que geralmente aborda fenômenos contemporâneos inseridos no contexto da vida real.

Gil (2008) considera o estudo de caso como um estudo detalhado acerca de um fenômeno, de um objeto, de um grupo, organização ou indivíduo, utilizado em diversas áreas do conhecimento.

3.1 AMOSTRA

A amostra selecionada para a realização desta pesquisa são as empresas de energia elétrica listadas na B3 cujas informações estão contidas no banco de dados da Economatica®, no período de 2010 a 2019. A escolha deste período se deu, pois, a partir de 2010 as empresas de capital aberto passaram a adotar obrigatoriamente as IFRS.

Sendo assim, a amostra dessa pesquisa reúne as observações de 28 empresas, listadas na B3 e que emitiram seus relatórios contábeis de acordo com os padrões internacionais no período analisado.

3.2 MODELO

O modelo utilizado foi o desenvolvido por Basu (1997), que pode ser observado a seguir:

$$Y_{it} = \beta_1 + \beta_2 D_{it} + \beta_3 R_{it} + \beta_4 D_{it} R_{it} + \varepsilon_{it}$$

Sendo que:

Y_{it} = Lucro anual da ação dividido pelo preço da ação no início do ano (o indexador i representa a empresa e o t o ano)

R_{it} = Retorno da Ação da empresa i no tempo t

D_{it} = Variável *dummy* que assume valor igual a 0 quando $R_{it} \geq 0$ e igual a 1

quando $R_{it} < 0$.

β_3 = Boas notícias mensuradas oportunamente

β_4 = Mensuração oportuna das más notícias sobre as boas notícias

ε_{it} = Erro da regressão

A regressão transversal representada e que define o modelo empregado tem como característica o fato de realizar a mensuração assimétrica e oportuna das perdas, promovendo a estimativa do conservadorismo de uma organização no período de um ano.

Na esfera mundial existem diversos estudos que usaram o C-Score como métrica para o conservadorismo incondicional, entre eles está o de Lobo e Zhou (2010). Os autores buscaram examinar o efeito da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) sobre conservadorismo, presente nos relatórios das empresas públicas do Canadá. Eles obtiveram como resultado que as empresas sujeitas a SOX, no período pós-SOX, são mais conservadoras.

Destaca-se que a variável β_4 , que se refere a mensuração oportuna das más notícias sobre as boas notícias, se correlaciona com o modelo C-Score e com a variável Y_{it} , que indica a razão entre o lucro anual da ação e seu preço no início do ano. A importância de se utilizar realizar essa mensuração deriva de sua condição de refletir a valorização anual da ação considerando seu valor inicial.

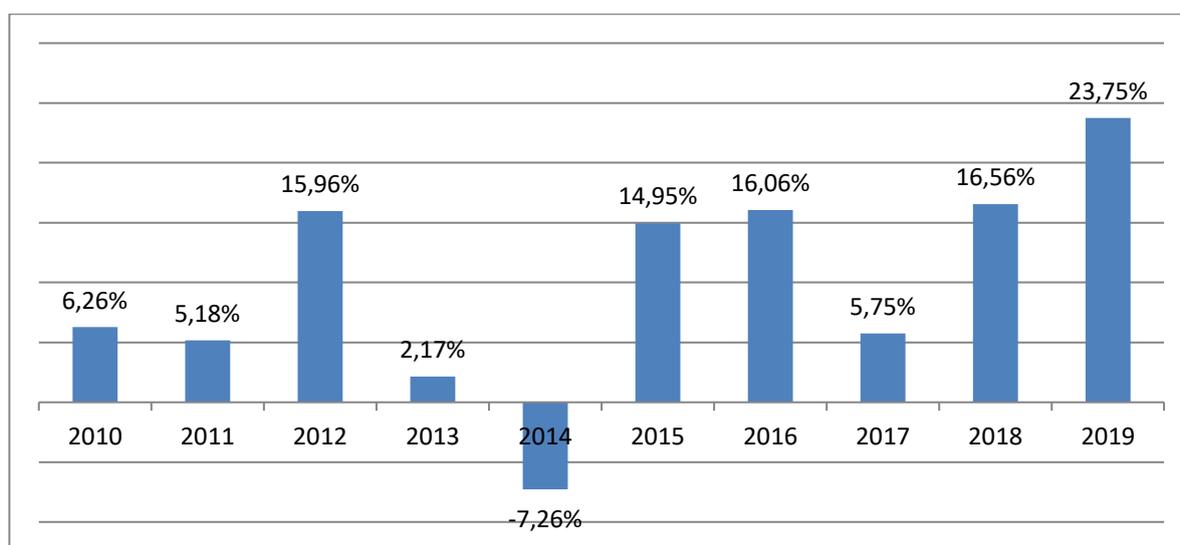
Essa correlação foi também utilizada por Medeiros (2007) para realizar a análise a respeito da relação entre o conservadorismo contábil, o custo de agência e as práticas de governança contábil.

Já no Brasil existem poucas pesquisas que aplicam o C-Score como avaliação do conservadorismo incondicional, apesar dele ser uma medida que pode ser empregada em diversos segmentos e áreas. Por conta disso, esta pesquisa utilizará o modelo de Basu (1997) para analisar o impacto das IFRS no conservadorismo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando as 28 empresas da amostra, verifica-se o predomínio dos resultados positivos, se considerado o resultado geral apresentado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Retorno médio das ações para os períodos entre 2010 e 2019

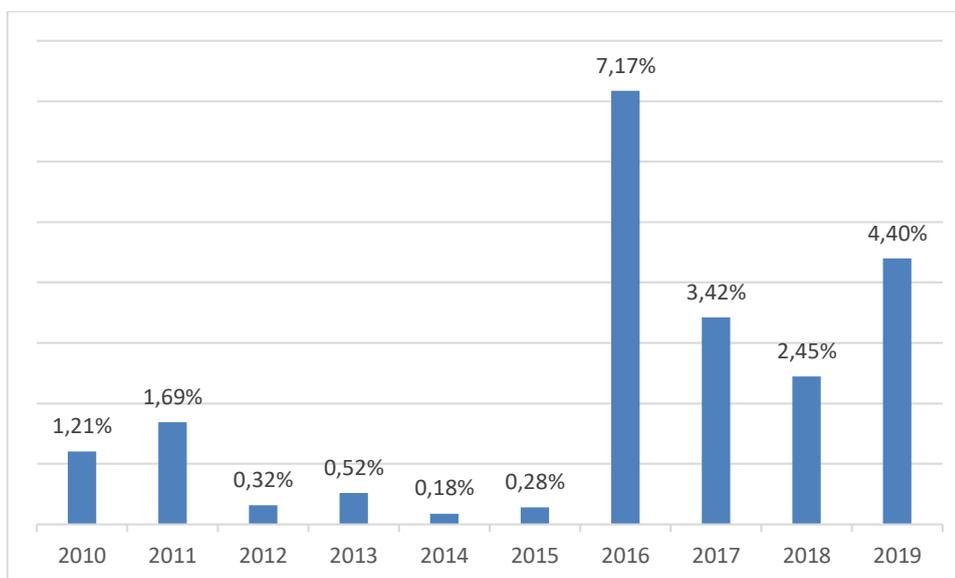


Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Apenas no ano de 2014 houve uma média negativa do retorno das ações das companhias da amostra, muito provavelmente relacionada à crise econômica daquele ano e que resultou na recessão de 2015/2016.

Pereira et al (2019) em sua pesquisa relata que essa crise de 2014 teve uma relação negativa na rentabilidade dos ativos nas empresas da amostra que ele pesquisou, tendo assim uma queda na proporção de 4,77%.

Evidencia-se que a crise daquele período, segundo Holanda Filho (2017), teve sua origem na combinação de choques de oferta e demanda resultantes dos erros inerentes à política econômica. Outra importante análise passível de realização para observação a respeito do conservadorismo incondicional nas organizações diz respeito ao lucro por ação, cuja média pode ser observada no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Lucro por ação

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Ainda que diante do cenário de crise e de incertezas existente no ano de 2014, as companhias que compõem a amostra indicada no presente trabalho mostraram uma média positiva de resultados quanto ao lucro por ação. Destaca-se o ano de 2016, que representa o início da recuperação relacionada às consequências do cenário crítico de 2014 e que marcou a gradativa superação diante da recessão que foi uma das consequências da crise.

A observação geral a respeito das organizações suscita a realização de cálculos que possam indicar os valores que irão subsidiar as análises necessárias para a fundamentação dos aspectos que se relacionam ao conservadorismo incondicional.

Os ativos operacionais líquidos são calculados pela diferença entre os ativos operacionais e os passivos operacionais. Uma observação a ser realizada é que quanto maior as reservas estimadas ou ocultas, maior é o conservadorismo incondicional. A Tabela 1 apresenta as estimativas dos parâmetros do modelo proposto por Basu.

Tabela 1 – Resultado do cálculo da variável observada

	B4
AES TIETE E	NA
ALUPAR	NA
CEB – CIA. ENERG. DE BRASÍLIA	-31,5573
CEEE	NA
CEEE-D	-1,16351
CELESC	2,811146
CELGP	-111,345
CELPE	NA
CEMAR	NA
CEMIG	NA
CESP CIA ENERG. SAO PAULO	3,650256
COPEL	NA
COSERN	NA
CPFL	NA
EDP ENERGIAS DO BRASIL S/A	NA
ELEKTRO ELETR. E SERV. S.A.	NA
ELETRONORTE	-1,73402
EMAE	-5,48677
ENERGISA	NA
ENEVA	-17,3332
ENGIE BRASIL	NA
EQTL PARA	0,508931
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	NA
LIGHT SA	NA
REDE EMP. ENERG. ELÉTR. S.A.	3,555314
RENOVA	19,30125
TAESA	NA
TRANSMISSÃO PAULISTA	NA

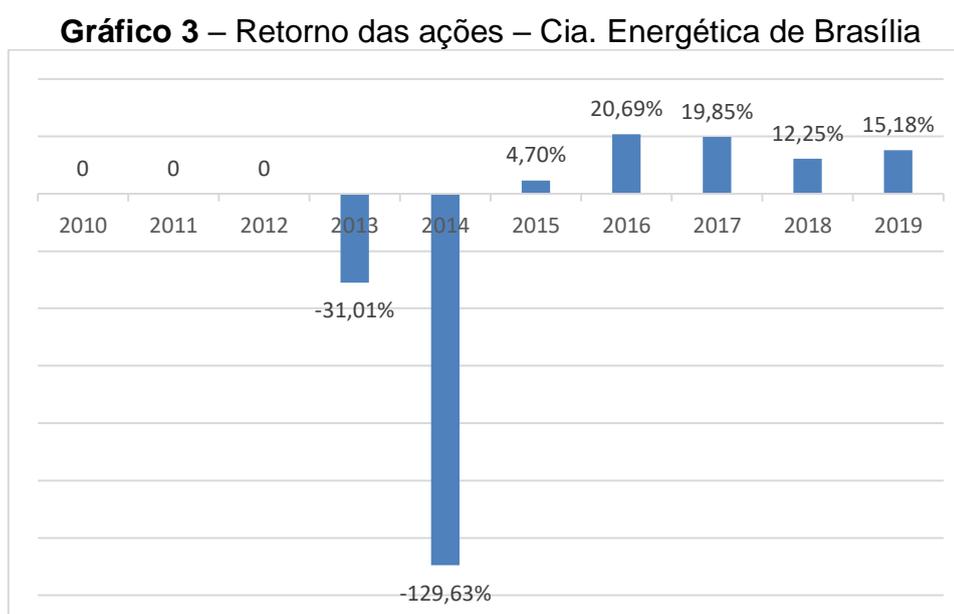
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A determinação do conservadorismo incondicional é representada pelo β_4 (mensuração oportuna das más notícias sobre as boas notícias) negativo, que indica o reconhecimento oportuno das más notícias no resultado do período, que podem ser consideradas como prejuízo ou desempenho inferior em relação ao ano imediatamente anterior.

Os benefícios aos gestores desse atraso na divulgação de más notícias foram divididos em três pontos principais por Paixão et al (2017). O primeiro é para poder

completar negócios em condições mais favoráveis antes da divulgação, já o segundo é para terem mais tempo na elaboração de justificativas relacionadas ao desempenho insatisfatório e por fim terem mais tempo para gerenciar os resultados e mascarar ou reverter a performance negativa.

Nesse sentido, verifica-se que as empresas Cia. Energética de Brasília, CEEE-D, Celgpar, Eletrobrás, Emae e Eneva se enquadram em tal critério, apresentando β_4 negativo, que conforme indicado por Basu (1997 apud MEDEIROS, 2017), representa uma característica do conservadorismo incondicional. O autor destaca, todavia, a necessidade de obter o conhecimento a respeito das boas notícias para que se possa formular um modelo completo. Ressalta-se que o β_4 , bem como os demais betas apresentados no presente trabalho são referentes aos dados coletados com relação às organizações em cada ano. Trazendo como exemplo a Companhia Energética de Brasília, verifica-se a existência de resultados negativos relacionados ao retorno das ações nos anos de 2013 e 2014, conforme pode ser observado no Gráfico 3:



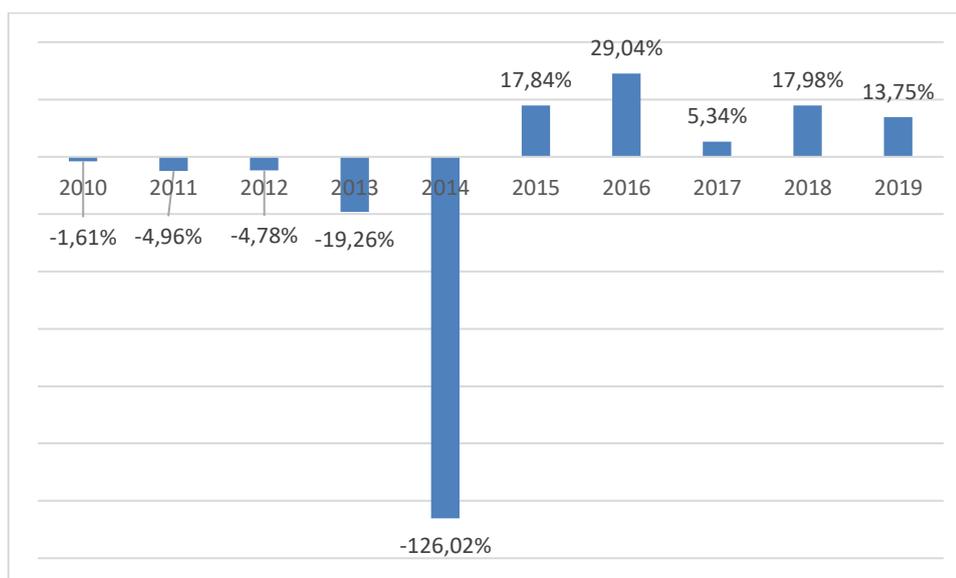
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Deve-se considerar que os dados quanto ao retorno das ações, correspondentes aos anos de 2010, 2011 e 2012, não foram disponibilizados pela Companhia. Ainda que se verifique uma queda no retorno em questão entre os anos de 2016, 2017 e 2018, este não indicou prejuízos aos investidores, constatando-se,

inclusive, que ocorreu um aumento significativo nesse valor no ano de 2019.

Analisando os dados das empresas, pode-se observar o retorno negativo significativo indicado em 2014 pelas empresas (exceto Celgpar), sendo que essa taxa atingiu a média de -126,02% em média no ano citado. As médias anuais de retorno médio das ações entre 2010 e 2019 podem ser observadas no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Retorno médio das ações – companhias com β_4 negativo



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O retorno médio observado no período considerando as seis empresas em análise indicou um percentual negativo médio de -7,27%. Esse retorno médio negativo das ações foi influenciado principalmente pelo ano de 2014, quando ocorreu uma crise econômica que trouxe impactos nos diversos setores produtivos. O retorno mostra-se divergente da média geral das organizações analisadas ($n=28$), que apresentou percentual positivo.

Diante dos dados do retorno das ações das organizações que apresentaram β_4 negativo, pode-se observar as variações significativas quanto a esses percentuais, sendo que, por exemplo, a Celgpar, vem apresentando sucessivos resultados negativos entre 2016 e 2019. Essa realidade de declínio quanto ao retorno das ações foi apresentada também pela Eletrobrás entre 2012 e 2015 e, novamente, em 2017. Também a Eneva mostrou retração no retorno das ações entre 2010 e 2014, bem como a Eletrobrás, que teve grande redução nesse retorno no ano de 2014 (129,63%).

Observando tais resultados tem-se, inclusive, a necessidade da observação da relação entre as boas e más notícias (Sousa; Sousa; Demonier, 2016), que tem no retorno das ações um indicador de essencial consideração e que pode ser observado na Tabela 2:

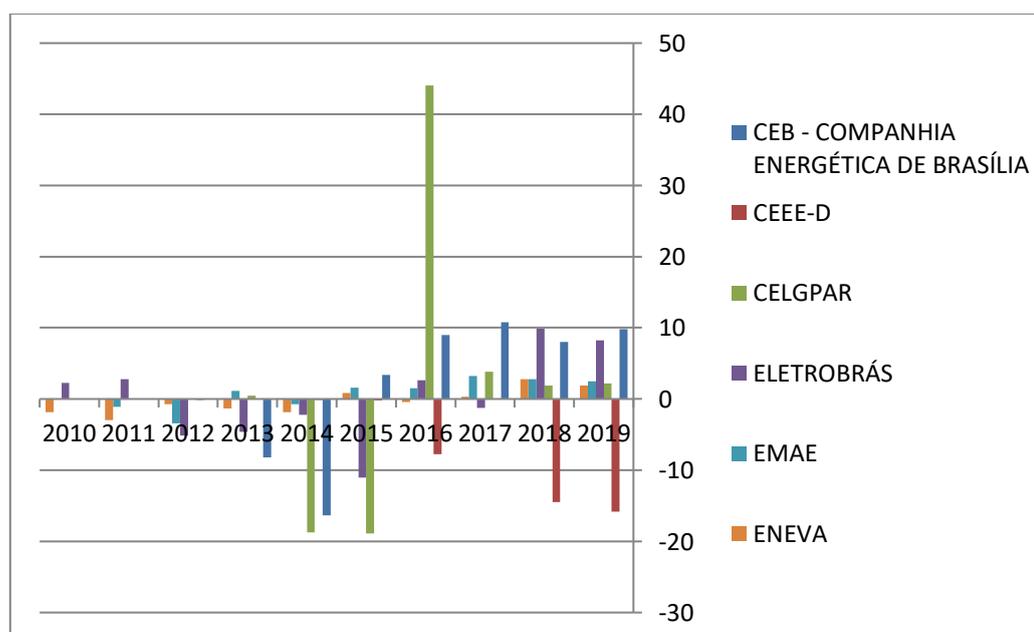
Tabela 2 – Retorno das ações – companhias com β_4 negativo

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CEB	N/D	N/D	N/D	-31,01%	-	4,70%	20,69%	19,85%	12,25%	15,18%
CEEE-D	N/D	N/D	-23,11%	-43,21%	-	106,34%	183,14%	7,06%	42,06%	38,43%
CELGPAR	N/D	N/D	35,61%	-0,64%	22,48%	18,47%	-42,55%	-7,02%	-3,64%	-4,23%
ELETRORÁS	3,62%	4,87%	-8,64%	-10,39%	-5,36%	-34,31%	7,75%	-4,17%	29,56%	15,05%
EMAE	1,72%	-5,29%	-16,15%	8,16%	-3,99%	7,86%	7,61%	14,53%	11,91%	9,36%
ENEVA	-15,02%	-	-16,38%	-38,46%	-	3,98%	-2,41%	1,77%	15,75%	8,68%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nos períodos nos quais o retorno médio foi positivo, este foi em percentuais reduzidos, se comparado ao período onde o mesmo foi negativo. Destaca-se também a persistência dos resultados negativos. Nesse sentido, faz-se relevante a observação a respeito da variação do lucro por ações nas empresas observadas, indicado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Lucro por ações - companhias com β_4 negativo



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A observação do lucro por ações nas empresas em questão leva à constatação acerca do predomínio dos resultados negativos e uma média de -0,64% no período apresentado. Considerando que uma das características do conservadorismo incondicional se refere à menor avaliação do patrimônio devido ao grau de incerteza sobre os resultados das transações realizadas (Moreira; Colauto; Amaral, 2010), constata-se uma convergência da realidade das companhias citadas, a saber, Cia. Energética de Brasília, CEEE-D, Celgpar, Eletrobrás, Emae e Eneva com a concepção dessa modalidade de conservadorismo.

Observa-se, todavia, que os resultados não indicam de modo evidente que a adoção da IFRS trouxe impactos significativos quanto ao emprego do conservadorismo incondicional pelas organizações. Ao contrário, indica-se a convergência com estudos diversos, como Kikuta, Shimamoto e Takeda (2018); Santi, Puspitasari e Ghani (2017) e Ahmed e Duellman (2007), que também indicaram a falta de evidências de que a IFRS possa se correlacionada ao conservadorismo incondicional.

Verifica-se, nesse contexto, a relevância da qualidade da informação contábil, passível de determinar os possíveis impactos positivos ou negativos dos fatos, indicando as boas ou más notícias nesse contexto. Paixão et al. (2017) afirmam que uma organização pode promover a antecipação dos ganhos no caso em que divulga um resultado satisfatório de forma antecipada, podendo também postergar ou reduzir as perdas financeiras quando promove o adiamento da divulgação de um resultado negativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o conservadorismo incondicional se caracteriza pelo reconhecimento das más notícias no resultado do período em tempo hábil, sendo que podem ser assim consideradas as ocorrências de prejuízo ou desempenho inferior em relação ao ano anterior.

Por meio das análises de uma amostra de vinte e oito companhias de capital aberto do setor de energia, considerando o período entre 2010 e 2019, observou-se que as empresas Cia. Energética de Brasília, CEEE-D, Celgpar, Eletrobrás, Emae e Eneva apresentaram β_4 negativo, o que é observado, conforme o modelo de regressão transversal de Basu, como representação do conservadorismo incondicional e estas empresas 6 empresas representam 21,43% da amostra. Este conservadorismo refere-se ao fato de que, entre duas ou mais alternativas relevantes, o contador escolherá o maior valor para o passivo e o menor valor para o ativo ou para o lucro.

Vale ressaltar que apenas 39,29% das empresas da amostra obtiveram resultados relativos ao conservadorismo. Este percentual baixo foi devido ao fato de não ser possível estimar um valor considerável para as outras empresas, como mostrado na tabela 1. Dentro das empresas que foram encontrados resultados referente ao cálculo do β_4 , 54,54% foi a porcentagem de empresas que apresentaram conservadorismo incondicional.

As evidências indicadas por pesquisas correlatas, diante da heterogeneidade apresentada pelos seus resultados, e os dados obtidos no presente trabalho, não trazem aspectos conclusivos acerca da variação do nível do conservadorismo incondicional a partir da adoção da IFRS pelas companhias de capital aberto no Brasil.

Observa-se também que os dados utilizados no presente trabalho compreenderam o período a partir de 2010, quando se tornou vigente a adoção das normas pelas companhias no Brasil, o que inviabilizou a comparação com o período anterior a essa obrigatoriedade. Destaca-se como limitação também o fato de que o número de estudos que relacionam o conservadorismo contábil com a adoção das IFRS também é bem escasso.

No entanto, a observação a partir do modelo ajustado, compreendendo as vinte e oito empresas da amostra pesquisada, leva à constatação de que não existe um predomínio dessa abordagem inerente ao conservadorismo incondicional desde a

adoção das IFRS no Brasil, verificando que os resultados apontam tais características em apenas 54,54% das companhias. Sugere-se a realização de novos trabalhos a respeito do tema, considerando a escassez de pesquisas nesse sentido.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Sérgio. **Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados**. São Paulo: Atlas, 2018. Recurso online.
- ANDRÉ, Paul; FILIP, Andrej; PAUGAM, Luc. The effect of mandatory IFRS adoption on conditional conservatism in Europe. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 42, n. 3-4, p. 482-514, 2015.
- ANTUNES, Maia Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 10, n. 20, p.5-19, jan. 2012. Semestral
- ARRUDA, Marcelo Paulo de et al. Análise do Conservadorismo e Persistência dos Resultados Contábeis das Instituições Financeiras Brasileiras. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.23-35, maio 2015.
- BALL, Ray. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting And Business Research**, Chicago, p.5-27, 2006.
- BASU, Sudipta. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings¹. **Journal of accounting and economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.
- BASU, Sudipta. Discussion of “ Conditional and unconditional conservatism: Concepts and modeling”. **Review of Accounting Studies**, v.10, p.311-321, 2005.
- BEAVER, William H.; RYAN, Stephen G. Conditional and unconditional conservatism: Concepts and modeling. **Review of accounting studies**, v. 10, n. 2-3, p. 269-309, 2005.
- BERTIN, Mauricio Jara; MOYA, José Tomás Arias. The effect of mandatory IFRS adoption on accounting conservatism of reported earnings: Evidence from Chilean firms. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, v. 26, n. 1, p. 139-169, 2013.
- BLACK, Roberto; NAKAO, Silvio Hiroshi. Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, 2017.
- BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 29, de 05 de fevereiro de 1986**. Aprova e referenda o pronunciamento anexo do Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, sobre Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.
- CASTRO, Livia Arruda. **O conservadorismo Incondicional e a convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS**. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

COELHO, Antonio Carlos; LIMA, Iran Siqueira. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 45, p.38-49, set. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 R1: **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Brasília, dez, 2011.

CONSONI, S.; COLAUTO, R.D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. São Paulo, v.18, n.62, p.658-677 out./dez.2016.

COSTA, Fábio Morais da; LOPES, Alexsandro Broedel; COSTA, Alessanda Cristina de Oliveira. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 41, n. 17, p.7-20, 2006.

FASB. **Statement of financial accounting concepts nº2**: qualitative characteristics of accounting information. Financial Accounting Standards Boards, 1980.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos. Investigação empírica da percepção dos docentes dos cursos de graduação em ciências contábeis sobre a função e atuação do comitê de pronunciamentos contábeis. **Anais FIPECAFI**, n.10, 2010.

FERNANDES, José Luiz Nunes; FERNANDES, José Wilson Nunes; FERNANDES, Bárbara Ádria Oliveira Farias. Implantação das normas internacionais de contabilidade: estudo comparativo entre Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 235, p.63-73, jan. 2019.

FILIPIN, Roselaine et al. Análise do nível de conservadorismo condicional das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA após a adoção dos IFRS. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 2, 2012.

FIORESI DE SOUSA, Erivelto. Adoção das IFRS no Brasil: efeitos no conservadorismo contábil. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, v.10, n.2, 136-147, 2016.

FULLANA, Olga; GONZÁLEZ, Mariano; TOSCANO, David. The effects of IFRS adoption on the unconditional conservatism of Spanish listed companies. **Australian Accounting Review**, v. 29, n. 1, p. 193-207, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HOLANDA FILHO, F. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. Av.**, v. 31, n. 89, jan-abr., 2017.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 11. São Paulo: Atlas, 2015. Recurso online.

JÚNIOR, Antônio Carlos Brunozi et al. Efeitos das IFRS no conservadorismo contábil: um estudo em companhias abertas dos países membros do GLENIF. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grandedo Norte - ISSN 2176-9036**, v. 7, n. 2, p. 76-100, 2015.

JÚNIOR, Raul Ventura; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. Impacto do Conservadorismo Condicional e Incondicional sobre a Qualidade das Informações Contábeis das Empresas Brasileiras Listadas na BM&Fbovespa. In: **VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015**. 2015.

KAJIMOTO, Clarice Gutierrez; NAKAO, Sílvio Hiroshi. Persistência do lucro tributável com a adoção das IFRS no Brasil. **Contabilidade vista e revista**, v.29, n.1, 2018.

KIKUTA, Shumpei; SHIMAMOTO, Konosuke; TAKEDA, Fumiko. Is IFRS conditionally or unconditionally more conservative than local GAAP? Evidence from Japan. 2018.

LIMA, Igor Gabriel et al. Aspectos qualitativos da informação contábil: Uma revisão analítica acerca da qualidade informacional introduzida a partir dos normativos contábeis estabelecidos pelo CPC, IASB e FASB. **Gestão, Tecnologia e Ciências**, Monte Carmelo, v. 2, n. 4, p.1-24, 2012.

LIMA, João Batista Nast de. A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil. **Theses and Dissertations USP**, 2011.

LIMA, Luiz Murilo Strube. **IFRS: entendendo e aplicando as normas internacionais da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010. Recurso online.

LOBO, Gerald J.; ZHOU, Jian. Changes in discretionary financial reporting behavior following the Sarbanes-Oxley Act. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**, v. 25, n. 1, p. 1-26, 2010.

LOPES CARDOSO, Ricardo; NUNES DE SOUZA, Flávio Sérgio Rezende; DANTAS, Manuela Moura. Impactos da adoção do IFRS na acumulação discricionária e na pesquisa em gerenciamento de resultados no Brasil. **Revista universo contábil**, v.11, n.2, 2015.

LOURENÇO, Isabel Maria Estima Costa; BRANCO, Manuel Emílio Mota de Almeida Delgado Castelo. Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 68, p.126-139, 10 jul. 2015.

MARIANO, Richard Souza. A importância da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para a convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. **Repositório Institucional UFSC**, 2007.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRS na análise de

desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **Revista de contabilidade e organizações**, v.4, n.9, 30-31, 2010.

MEDEIROS, D. N. **Análise da relação dos custos de agência com o conservadorismo contábil e com as práticas de governança corporativa das empresas de capital aberto listadas na BM&F Bovespa**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA, R. L.; COLAUTO, R. D.; AMARAL, H. F. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. *Rev. contab. finanç.*, v. 21, n. 54, dez., 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 2. São Paulo: Atlas, 2010. Recurso online.

NOGUEIRA, Marcos de Souza. **Conservadorismo incondicional no Brasil: as práticas contábeis brasileiras, após as alterações na legislação societária (IFRSs), são mais conservadoras do que as práticas anteriores?** 2014. 57 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva de et al. **Contabilidade Internacional: Gestão de Riscos, Governança Corporativa e Contabilização de Derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

PAIXÃO, L. M. D. et al. Determinantes do momento de divulgação das demonstrações contábeis de empresas que compõem o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (IBOVESPA). **RC& C -Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 47-66, jan./abr. 2017.

PAULO, Edilson; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, 2008.

PAULO, Iana Izadora Souza Lapa de Melo; PAULO, Edilson; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. Conservadorismo contábil nas companhias abertas familiares e não-familiares no mercado brasileiro. **Enfoque: Reflexão contábil**, Maringá, v. 34, n. 1, p.19-28, jan. 2015.

PENMAN, Stephen H.; ZHANG, Xiao-Jun. Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. **The accounting review**, v. 77, n. 2, p. 237-264, 2002.

PEREIRA, A. P. A. et al. Impactos da Crise Econômica de 2014 na Rentabilidade e Endividamento de Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 10, n. 2, p. 90-111, 2019.

PIRES, Clênia de Oliveira; DECOURT, Roberto Frota. Os impactos da fase final de

transição para o IFRS no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.17, n.54, 2015.

PIRES, Clênia de Oliveira; DECOURT, Roberto Frota. Os impactos da fase final de transição para o IFRS no Brasil. **Revista brasileira de gestão de negócios**, v.17, n.54, 2015.

RIBEIRO, Henrique César Melo. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: análise da produção acadêmica divulgada em periódicos nacionais da área de contabilidade de 2005 a 2014. **Pensar contábil**, v.20, n.73, 55-65, 2018.

SANTANA, André Gobette; KLANN, Roberto Carlos. Conservadorismo contábil e a adoção das IFRS: evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringa, v. 35, n. 1, p.35-53, 20 maio 2016. Universidade Estadual de Maringa

SANTANA SANTOS, Edilene. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil. **Revista contabilidade e Finanças**, v.25, n.65, 161-176, 2014.

SANTI, Monica; PUSPITASARI, Evita; GHANI, Erlane K. Analysis of Unconditional Conservatism and Earnings Quality on Financial Reporting Practices in Indonesia upon IFRS Convergence. **Management & Accounting Review**, v. 16, n. 1, 2017.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Fábio Moraes da. Conservadorismo Contábil e Timeliness: Evidências empíricas das demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRS negociados na bolsa de nova iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 48, p.27-36, set. 2008.

SANTOS, Mateus Alexandre Costa dos; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. O efeito da adoção dos IFRS sobre a relevância informacional do lucro contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.25, n.66, 2014.

SILVA, A. R. P.; PAULO, E.; SILVA, J. D. G. Efeitos da Adoção das IFRS No Conservadorismo Contábil: uma Análise sob a Ótica dos Setores Econômicos. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 115-131, 2016.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade para concursos e exame de suficiência**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. **Adoção completa das IFRS no Brasil**: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio. 2013. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUSA, E.; SOUSA, A.; DEMONIER, G. Adoção das IFRS no Brasil: Efeitos no Conservadorismo Contábil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 10, n. 2, 12 jun. 2016.

SOUSA, Lucas Marques et al. Conservadorismo condicional e adoção das IFRS: uma análise nas empresas brasileiras de capital aberto. **Enfoque: Reflexão Contábil**,

Maringá, v. 37, n. 3, p.21-35, 6 set. 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2009.

TRAZZI, Larissa. Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 6, n.22, 2018.

VALE, J. P. S.; NAKAO, S. H. Conservadorismo incondicional nas companhias abertas brasileiras e o contexto da neutralidade tributária. **R. Cont. Fin. USP**, São Paulo, v. 28, n. 74, p. 197-212, mai./ago. 2017.

WATTS, Ross L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. SEAD/UFSC, 2006.

ZHANG, Jian. **The effect of IFRS adoption on accounting conservatism—New Zealand perspective**. 2011. Tese de Doutorado. Auckland University of Technology.

ZEGHAL, Daniel; LAHMAR, Zouhour. The impact of IFRS adoption on accounting conservatism in the European Union. **International Journal of Accounting and Financial Reporting**, v. 6, n. 1, p. 127-160, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.